

## MULHERES DA CHAPADA DO ARARIPE – AGROECOLOGIA E EMPODERAMENTO

Rosimeire Alves de Oliveira

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE*

*Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ*

*E-mail: [rosealvesoliveira26@gmail.com](mailto:rosealvesoliveira26@gmail.com)*

**Resumo:** O artigo visa identificar se e como as atividades agroecológicas desempenhadas por agricultoras da Chapada do Araripe geram seu empoderamento, analisando se elas o reconhecem e seus reflexos nas relações intrafamiliares e na comunidade. Partindo de uma perspectiva feminista e dos pilares da agroecologia buscamos compreender a relação entre a agroecologia, o empoderamento e o trabalho das mulheres no espaço rural. Os dados foram resultado de uma pesquisa qualitativa com abordagem metodológica participativa. A pesquisa será realizada com 30 mulheres que compõe a Associação das Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar da cidade do Crato – Ceará. Por meio da aplicação de DRP- Diagnóstico Rural Participativo poderemos conhecer o cotidiano e a história de vida dessas mulheres. Partindo do olhar das trabalhadoras será construída uma linha do tempo coletiva para registros de vários aspectos ligados ao trabalho, à família e ao empoderamento. As entrevistas semiestruturadas também nos darão mais subsídios para chegarmos aos resultados.

**Palavras-chave:** Agroecologia, empoderamento, gênero, trabalho feminino.

### **Introdução**

O Cariri cearense localiza-se na sub-bacia sedimentar da chapada do Araripe, com uma formação geológica de planície alta, possui encostas e um planalto, é um verdadeiro oásis no semi-árido cearense. Além de fazer limite com os estados do Piauí, Paraíba e Pernambuco, possui a Floresta Nacional do Araripe - FLONA. Daí um olhar cuidadoso para esse território que constitui uma Área de Preservação Ambiental- APA, um rico patrimônio histórico (fósseis e pinturas rupestres) e social. A Chapada do Araripe tem um significado singular para seus habitantes, pois além de fonte de sua sobrevivência, guarda a memória de seus ancestrais com lendas, trilhas e histórias. Com uma variedade de flora e fauna admirável esse espaço também se constitui com uma cultura singular.

Podemos observar a grande população rural que habita a chapada e que tem como base a agricultura familiar, a produção de artesanatos e beneficiamento de frutas, ceras e palhas. Esses seguem em resistência e buscam alternativas para produção sustentável, na contramão dos modelos de agricultura tradicional adotado em regiões do semiárido. Muitos agricultores

e agricultoras deixam seu saber tradicional e cada vez mais faz o uso de insumos químicos prejudiciais aos humanos e animais, além da degradação do solo e poluição dos recursos hídricos, por falta de conhecimento ou consciência ecológica. O perigo da desertificação, erosão, contaminação de fontes aquíferas, entre outros problemas ambientais, preocupa autoridades e moradores da região. Por isso começou-se a pensar no desenvolvimento do semiárido de forma sustentável. Para isso foram criados programas de investimento de crédito e formação voltados para a agricultura familiar, exemplo disso, é a disseminação dos sistemas agroflorestais.

As ONG'S e associações populares foram incentivadoras dessa mudança de relação com a terra. No Crato, a Associação Cristão de Base – ACB é um exemplo. Essa organização implantou o sistema de PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - em muitas comunidades do Cariri e ações voltadas para Educação Ambiental da população. Esses projetos baseados nos princípios da agroecologia e da Economia Solidária levaram formações para os agricultores e agricultoras, interação entre as comunidades, inovação na maneira de lidar com a terra e comercialização dos produtos, além de inserir os conceitos de cooperativismo e sustentabilidade. Destacamos também a Associação das Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar da cidade do Crato – Ceará que se constitui de mulheres que moram no sítio Baixa do Maracujá pertencente ao Distrito de Santa Fé. Desempenhando vários papéis nos espaços privados e públicos, essas trabalhadoras organizaram-se e criaram essa rede de apoio mútuo buscando o fortalecimento e amparo aos trabalhos por elas desenvolvidos, na agricultura, no artesanato e na comercialização de seus produtos em feiras, além de terem um espaço para formações, obtenção de linhas de crédito, parcerias e reconhecimento social.

Essa associação nos instiga a pesquisar e problematizar, se essas mulheres da Chapada do Araripe conseguem e reconhecem seu empoderamento a partir de prática de atividades agroecológicas e sustentáveis sob uma perspectiva feminista?

É relevante essa temática, pois almejamos dar visibilidade ao trabalho feminino no campo, aos meios como as mulheres hoje protagonizam um processo de empoderamento, através da prática da agroecologia sustentável no cultivo de vegetais, criação de animais e produção de artesanatos, levando à autonomia econômica e segurança alimentar e nutricional para si, sua família e comunidade.

Lançar luz a essa problemática nos faz perceber a luta das mulheres, tanto nos centros urbanos como no campo, por um tratamento igualitário e justo, além de instigar o debate a cerca da Economia Solidária e da sustentabilidade diante de um sistema que degrada a natureza e oprime os mais pobres.

A partir de inquietações pessoais sobre a desigualdade de gênero em vários segmentos sociais percebemos como a mulher é considerada desqualificada ou invisibilizada no mundo do trabalho, nos espaços públicos e privados. A temática pesquisada foi resultado de reflexões a partir da observação e vivência em uma sociedade machista e patriarcal. Por diversas vezes presenciamos e fomos vítimas desse tratamento desigual no trabalho ou dentro das relações sociais, por sermos mulheres. Ao realizarmos leituras e conhecer dados alarmantes sobre a diferença de remuneração entre homens e mulheres desempenhando a mesma função, nos instiga a aprofundar essa problemática.

Outro fator instigador desse estudo é a escassez de trabalhos relacionados à interlocução entre questões de gênero e movimentos de preservação ecológica. Com esse estudo buscamos, assim, contribuir com mais informações e divulgação sobre esse tema.

Assim, almejamos identificar as atividades agroecológicas e sustentáveis realizadas pelas mulheres da Chapada do Araripe, analisando se as mesmas têm promovido à formação da consciência ecológica e o empoderamento dessas mulheres.

É primordial conhecer o cotidiano dessas trabalhadoras rurais; analisar as atividades econômicas baseadas na agroecologia e a comercialização dos produtos resultantes de seu trabalho; compreender se essas agricultoras se reconhecem como empoderadas e os reflexos nas suas relações intrafamiliares e públicas.

## **Metodologia**

A pesquisa terá caráter qualitativo e de campo. Através da abordagem metodológica participativa, realizaremos um estudo exploratório por meio da inserção direta no ambiente pesquisado: uma associação agrícola formada por mulheres, nas propriedades das agricultoras e nas feiras que elas comercializam seus produtos. Considerando a reflexão de Richardson consideramos que a pesquisa qualitativa se emprega bem na busca de responder a problemática da proposta aqui descrita.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDISON, P. 80, 2011).

Por meio da interação entre a pesquisadora e os indivíduos envolvidos será possível aprofundar o conhecimento sobre a temática. Para isso faremos pesquisa de campo para obtenção de respostas à problemática, além disso, teremos um contato próximo com as trabalhadoras rurais, seus familiares, sua comunidade e seu ambiente de moradia e de trabalho. Pelo caráter coletivo, político e social, essa metodologia permitirá às mulheres relatarem e analisarem suas histórias de vidas.

O grupo pesquisado é composto por 30 mulheres que fazem parte da Associação das Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar. Essas mulheres estão na faixa etária entre 18 e 80 anos, com níveis de escolaridade variados, entre analfabetas e escolarizadas. Desempenham trabalhos rurais e artesanais na comunidade Baixa do Maracujá no município do Crato. A associação e suas componentes foram escolhidas para esse estudo por trabalharem as questões de gênero e atividades agroecológicas.

A Associação das Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar nos chamou a atenção por ser formada somente por mulheres e pelo desenvolvimento de projetos agroecológicos, visando à conservação das espécies nativas e conseqüentemente suas histórias.

Inicialmente faremos um estudo bibliográfico para embasamento teórico sobre a temática das questões de gênero; agroecologia; economia solidária; o empoderamento feminino no espaço rural.

Para coleta de dados em campo faremos uso da linha do tempo<sup>1</sup> que é uma das ferramentas usadas no DRP- Diagnóstico Rural Participativo ou Diagnóstico Rápido Participativo, que como afirma Kummer (2007, p.86):

O Diagnóstico Rápido Participativo é uma investigação coletiva e uma aprendizagem mútua para conhecer os problemas e as possibilidades de uma

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma tabela na qual um dos eixos é sempre o tempo, dividido em meses, dias ou etapas da vida. Por tratar-se de um exercício que requer um esforço da memória, permite uma visão temporal dos acontecimentos/aspectos e correlaciona diferentes informações a respeito de um mesmo período.

comunidade em busca do desenvolvimento local sustentável, através de uma equipe multidisciplinar.

Esse modelo metodológico permite conhecer a realidade local através da visão dos membros da comunidade, ao mesmo tempo são analisados e analisam vários aspectos de suas vidas, pois possibilitam a participação direta das integrantes da associação assim como seus familiares. Faremos uso também de entrevistas semiestruturadas dirigida à liderança da associação. Os questionários com questões abertas e fechadas serão aplicados às mulheres associadas. Aos seus familiares faremos uma entrevista semiestruturada coletiva. Nos locais de produção e de comercializam que as mulheres trabalham faremos observação não participante com o registro fotográfico.

Esses instrumentos metodológicos nos possibilitarão conhecer o cotidiano dessas mulheres, aspectos socioeconômico, culturais, visões de mundo, gênero e direitos.

Inicialmente o contato com as mulheres da Associação de dará por meio de uma reunião com as integrantes (em média 30 associadas) da Associação das Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar. O local escolhido será a sede da associação.

No primeiro encontro faremos uma roda de conversa para sensibilização e levantamento de informações sobre os temas: agroecologia, economia solidária, autonomia e empoderamento feminino.

A próxima etapa acontecerá os encontros para aplicação da linha do tempo, em anexo no projeto. Essa ferramenta é uma alternativa viável para atingirmos os objetivos da pesquisa, por possibilitar conhecer a história de vida dessas mulheres e permitir que as mesmas se expressem livremente, com isso poderemos identificar um comparativo de como eram suas vidas antes de fazerem parte da associação e após se unirem ao grupo de associadas.

Recorreremos à entrevistas semiestruturadas, intercalando questões fechadas e abertas, para coleta de informações junto aos integrantes de ONG'S que atuam na região; ao Geoprak Araripe, autenticada pela Rede Global de Geoparques (GGN) e pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO; Sindicato de trabalhadores rurais do município do Crato; ao ITEPS – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares Solidários, mantida pela Universidade Federal do Cariri – UFCA.

## **Resultados e Discussão**

Como a pesquisa ainda está em curso, encontra-se na fase de coleta de dados, não apresentaremos resultados. Mas através do estudo bibliográfico anterior, podemos apresentar algumas discussões sobre autores e teorias que baseiam esse estudo, sobre os seguintes temas: o trabalho feminino; a agroecologia e as questões de gênero; o empoderamento.

De acordo com COSTA (2005), o feminismo é um movimento social dinâmico e transformador de realidades. Podemos caracterizar como um movimento dinâmico e construído a partir dos anseios de cada época, por isso ele se refaz e se transforma a cada nova demanda.

O feminismo brasileiro, e também o mundial, de fato mudou, e não mudou somente em relação àquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou também em relação aos anos 1960, 1970, até mesmo 1980 e 1990. Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz. (COSTA, 2005, P. 01)

Heilborn e Sorj (1999) caracterizam que o movimento feminista no Brasil surge mais moderado quando comparado ao americano, no seio do discurso de esquerda e com teor acadêmico. Isso é ressaltado por Costa (2005) quando relata a união das feministas a movimentos anarquistas e socialista, influenciados por imigrantes europeus que vieram trabalhar no Brasil. Essa ideologia serviu de base para reivindicações por melhores condições de trabalho, tratamento igualitário de gêneros, fim de abusos e opressão. Considerado bem comportado nos seus anos iniciais, o movimento feminista ainda estava preso ao determinismo biológico, mas buscava direitos junto às instituições políticas e sociais. Suas reivindicações se deram principalmente através da imprensa. Esse meio de comunicação vai exercer um papel fundamental na história do feminismo tanto mundial como brasileiro, com a fundação de revistas e jornais as feministas podiam expor suas ideias, realizar suas críticas ao sistema patriarcal e arregimentar novas ativistas a luta. Outro viés usado pelas feministas foi pelo caminho dos partidos políticos, como o Partido republicano Feminista, fundado pela baiana Leolinda Dalton.

Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), o movimento feminista foi marcado pela resistência ao governo autoritário e ditador. Massacrado junto a outras organizações opositoras ao governo, sofre um período de queda. Porém, na década de 70 e 80 se reestabelece, buscando a redemocratização do país, considerada a segunda onda feminista,

o movimento vai lutar junto às organizações de esquerda e ampliam suas reivindicações para os campos da liberdade sexual, discussões sobre o trabalho, a violência doméstica, entre outros tabus para época.

Numa reflexão sobre o feminismo na contemporaneidade, Siliprandi (2015) nos apresenta como esse movimento se reinventa e atualmente se articula com diversos sujeitos que sofrem opressão tanto no âmbito privado como público. Segundo a autora, o feminismo tem o caráter de ir além da questão de mulheres, de criar interlocuções com aspectos imprescindíveis que devem ser levadas em consideração na análise de desigualdade entre classe, raça, trabalho.

Esse dinamismo do feminismo também é percebido por Scott (1989), ela defende que como movimento social ativo, tem sua base teórica construída historicamente e rica em abordagens acadêmicas, as quais nos dão uma vasta discussão de metodologias e explicações sobre as relações de gênero, suas implicações e origens. Em sua análise a autora, classifica as teorias feministas em três:

A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. (SCOTT, 1989, P.9).

A Organização das Nações Unidas – ONU Mulheres no Brasil divulgou em 2016 que as mulheres ganham cerca de 24% a menos do que os homens, desempenhando a mesma função. A desigualdade salarial, assim como a falta de mulheres em cargos de chefia ou em partidos políticos, são alguns itens que demonstram como nosso país tem que avançar na equidade de gênero. Segundo Costa (2005), essas desigualdades entre homens e mulheres implicam na invisibilidade feminina, tanto no ambiente rural como urbano. Consequentemente, quando analisado no mundo do trabalho esse não reconhecimento quanto às mulheres se perpetua. As mulheres historicamente, tanto no ambiente rural como urbano, foram apagadas da história ou apresentadas como meras coadjuvantes, devido a um sistema patriarcal arcaico que supervaloriza o papel de gênero masculino.

Uma síntese a respeito dos estudos relacionados à questão de gênero e o mundo do trabalho, realizada por Heilborn e Sorj (1999) apresenta algumas perspectivas teóricas da sociologia e do feminismo a respeito da mulher e o mundo do trabalho. Por volta dos anos 60

e 70, a análise feita da exclusão ou inclusão da mulher no sistema produtivo, principalmente industrial, se deu pelas bases do marxismo que justificavam o uso da mão-de-obra feminina em detrimento do sistema econômico. Não havia um aprofundamento das questões de gênero e suas implicações no trabalho feminino, restringindo-se apenas ao capital como meio opressor da mão-de-obra feminina.

As relações trabalhistas e a divisão do trabalho fazem parte de uma identidade de gênero. Essa teoria defende que a divisão do trabalho é mais um reflexo da identidade de gênero e que não está limitada só ao âmbito privado da família, mas que se expande em outros segmentos externos, inclusive no sistema produtivo. “Pensar o gênero como um sistema simbólico que organiza relações de poder, igualdades e desigualdades no mundo do trabalho e fora dele.” (HEILBORN; SORJ, 1999, p.20)

De acordo com Bruschini (2007), no século XX houve um aumento da taxa de mulheres no mercado de trabalho, isso se deu por diversos fatores: mudanças nos padrões culturais, diminuição da taxa de natalidade; crítica ao papel social da mulher; além do acesso que elas tiveram à escolaridade e às universidades, o que possibilitou uma maior atuação em campos profissionais mais diversificados. Apesar dos avanços, isso não significou haver equidade entre homens e mulher no trabalho seja reprodutivo ou produtivo. O quantitativo crescente de mulheres empregadas não trouxe melhorias nas condições de trabalho feminino, pelo contrário, esse avanço vem “acompanhado de sua precarização e vulnerabilidade crescentes, sendo um dos paradoxos centrais da globalização do ponto de vista do gênero” (HIRATA, 2003, P.19)

Utilizaremos na pesquisa o conceito de trabalho dado por Hirata (2010) referindo-se a atividades desenvolvidas por homens e mulheres nos espaços públicos e privados, trabalhos formais e informais, remunerados ou não, classificados como produtivos (mercado de trabalho) e reprodutivos no interior da família. Por ser produto das relações entre homens e mulheres, a Divisão Sexual do Trabalho - DST é alvo de estudos das teorias feministas, pois não podemos estudar separadamente as relações desiguais entre os gêneros sem focarmos também em questões sociais e econômicas, visto que muito da situação que as mulheres são submetidas estão em constante imbricação com esses segmentos.

De acordo com Pacheco (2004) partindo para uma análise mais focada nas relações de trabalho e gênero no espaço rural, a agricultura familiar é o principal meio físico e simbólico que essa relação se dá. Onde há uma divisão entre trabalhos produtivos, realizados por

homens e trabalhos reprodutivos, designados às mulheres. Nessa última classificação não há reconhecimento pelas tarefas executadas pela mulher, sendo nomeadas apenas como ajuda ao marido, tendo caráter de complemento. Mesmo quando a mão-de-obra feminina vai além dos serviços domésticos, por exemplo, quando a mulher vende os produtos produzidos pela família nas feiras, essa atividade ainda é considerada inferior ao trabalho masculino.

As teorias feministas na década de 60, vão se reformular ao contexto da época e se unir a outros grupos oprimidos pelo combate a um modelo civilizatório sexistas, racista e destruidor do meio ambiente implantando pelas potências mundiais. As feministas levantam a bandeira da defesa da natureza por meio do movimento de ecofeminismo.

O termo ecofeminismo foi usado pela primeira vez por Françoise d'Eaubonne, para mostrar o potencial que as mulheres tinham para realizar uma revolução ecológica, mudando as relações de gênero e as relações entre as pessoas e a natureza. Conforme Puelo (2004), d'Eaubonne mostra que a destruição da natureza não está associada só ao aumento populacional, à qual a mulher era responsabilizada, mas ao modelo industrial masculino.

Destacamos nesse estudo o protagonismo das mulheres rurais que comungam dessas práticas agroecológicas e sustentáveis e praticam essas ideias, por meio de seu trabalho, junto à família.

Como aponta Pacheco (2004), as identidades e papéis femininos e masculinos não são fixos, pois são construídos a partir do contexto histórico e social. Nas relações de gênero há um jogo de poder, que se desdobram nos campos do trabalho, da cultura e da política. E, portanto, pode ser analisada pelo viés da agroecologia também.

Incorporar a perspectiva de gênero, articulada com uma concepção agroecológica apoiada na agricultura e no agroextrativismo familiares, requer um triplo desafio: revisão de nossas categorias de análise, revisão de nossas práticas político-educativas e aprofundamento das críticas às propostas de políticas públicas para a proposição de alternativas. (PACHECO, 2002, p.19)

Pela ótica da autora, só quando superamos essas barreiras e reconhecermos o trabalho feminino na agricultura, na pecuária, no agroextrativismo, é que iremos superar essa dicotomia entre trabalho produtivo e reprodutivo, só assim alcançaremos uma igualdade de gênero.

A partir de uma visão integradora, natureza, economia e empoderamento feminino instiga a alguns grupos de mulheres, que moram no meio rural, seguir modelos sustentáveis e

agroecológicos, com saberes tradicionais associados a saberes científico. Dessa forma, a agroecologia:

É uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção. (HECHT citado por SILIPRANDI, 2015, p. 83).

A agroecologia como sistema alternativo de produção e sustentabilidade, não se limita somente a questão econômica, mas extrapola as barreiras, ao envolver e valorizar todo o processo de produção e seus atores.

Seguindo essa linha de pensamento Costa (2005), nos oferece uma análise sobre o empoderamento que vem a corroborar com a mudança das bases sociais e de ideário popular.

Para as feministas o empoderamento compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais. (COSTA, 2005, p. 7).

Assim como Costa, Leon (2013) também considera o poder como alvo de observações e mudanças para o alcance do empoderamento. Para essa autora o poder pode ser fonte de abuso como forma de conquista e transgressor, ele é difundido de formas distintas, seriam elas: *poder sobre* (dominação); *poder de dentro*, construído pelo seu íntimo; *poder para*, expresso pela solidariedade, apoio mútuo, compartilhamento de poder sem opressão das partes envolvidas, libertador.

A subalternidade feminina ainda é condicionada pelo seu papel de gênero, que mesmo com tantos avanços no campo dos direitos, as mulheres ainda aceitam essa posição inferior, sendo justificada por um discurso ideológico sexista, dado pelas religiões, pela política e outras instituições sociais. Essas relações de gênero são relações de poder, que são alicerçadas no patriarcalismo, lideradas pela supremacia dos homens, que concentram o poder nas mãos para exercê-lo no âmbito privado e público, assim as mulheres são oprimidas por um sistema masculino de poder, que independente de classe social, raça ou cultura, são comuns em suas representatividades e ações.

De acordo com Costa (2005) para atingirmos a equidade de gênero, há de se repensar nos mecanismos até aqui usados: os conceitos devem ser revistos, pois podem ser meros reprodutores de pensamentos patriarcais. Os projetos que almejam o desenvolvimento das

mulheres, não podem estar restritos só ao econômico, por exemplo, a geração de renda e diminuição da pobreza feminina. Não é o suficiente se não entendermos a amplitude das questões de gênero e suas desigualdades.

Corroborando com essas afirmações, Leon (2013) relata que o processo de empoderamento no caso das mulheres deve partir de uma conscientização de sua posição junto á sociedade e do fator que seu gênero implica nisso, porém muitas mulheres aceitam essa naturalização de sua subordinação, daí a importância de agentes externos para propiciar essa reflexão e dar embasamento e apoio para conquista do empoderamento não é dado, e sim, conquistado, o que pode gerar conflitos dentro das famílias, da comunidade, em geral, nas relações entre homens e mulheres. O poder defende a autora, deve ser visto de maneira macro e micro, pois está presente em todas as relações, não seria diferente entre os gêneros. É importante destacar como esse poder é desigual socialmente, economicamente e politicamente e como as mulheres não estão totalmente desprovidas do poder, mas o exercem de forma restrita, sendo as maiores vítimas de imposição do poder superior, imposto socialmente, pelos homens. O empoderamento é:

Processo dinâmico do qual o próprio povo é protagonista mediante seus esforços individuais e coletivos... segundo seu contexto e história, e segundo sua localização de subordinação pessoal, familiar, comunitária, nacional, regional e global." (LEON, 2013, p. 7).

Como seria possível uma divisão mais justa e igualitária do poder? Como a mulher realmente teria o poder sobre sua vida, suas relações, sobre seu corpo? Por meio da reflexão de Costa (2005) as feministas dos anos 80 vão usar o conceito de empoderamento como meio e fim de nova luta. Com origem nos movimentos sociais pelo poder negro nos Estados Unidos, o termo empoderamento é aderido à luta das mulheres. O empoderamento feminino parte da reflexão de sua posição, enquanto subordinada para autonomia de seu corpo, de suas escolhas, de suas ações, envolvendo as dimensões sociais, econômicas e políticas.

Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir. (COSTA, 2005, p. 7)

Tanto Costa (2005) como Leon (2013) declaram que inicialmente as feministas restringiam o empoderamento, visando a conquista de bens materiais, inserção no mercado de trabalho, linhas de crédito, superação da pobreza feminina,

enfim, autonomia econômica, segundo as autoras, fatores importantíssimo para libertação das mulheres, mas não bastavam.

Para Leon (2013), os projetos para ingresso e permanência das mulheres no mercado de trabalho, possibilitaria uma independência financeira. Como no caso das mulheres rurais, o direito a posse da terra, linhas de crédito e reconhecimento para negociação dos seus produtos seria um “elemento fundamental” para mudança na sua posição social.

Diante do exposto podemos perceber quanto à luta feminista ainda tem motivos para lutar, por mais direitos e avanços conquistados, ainda não atingiram a esperada igualdade. A união a outras bandeiras de reivindicação traz força ao movimento e evidencia a mulher em diversos campos: ambientalistas, trabalho, política, entre outros.

### Referências Bibliográficas

COSTA, A. A. **Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres.** s/d. [http://www.agende.org.br/docs/File/dados\\_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf](http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf). Acesso: 30/07/2017

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “**Estudos de gênero no Brasil**”, in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970 – 1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências.** - Salvador: GTZ, 2007. 155p.

LEÓN, Magdalena. **Poder y empoderamiento de las mujeres.** Disponível em: <<https://mujeresforjadorasdedesarrollo.files.wordpress.com/201>>. Acesso: 25 /07/2017.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico.** Disponível em: <[http://igeologico.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Texto\\_Pacheco.pdf](http://igeologico.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Texto_Pacheco.pdf). > Acesso: 22/06/2017.

PULEO, Alicia; SEGURA, Cristina (coord.). **Mujeres y ecología: historia, pensamiento, sociedad.** Madri: Al-Mudayna, 2003. p. 107-118.

RICHARDSON, R. J.. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SCOTT, Joan W. **Preface a gender and politics of history.** Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas/SP, 1994.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas.** /Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.